

BORGES, Dioclécio Barbosa

*dep. fed. ES 1915-1917.

Dioclécio Barbosa Borges começou sua carreira política no município de Guarapari (ES) e se tornou adversário do principal chefe político local, Pedro José Aboudib. Em 1905, por ocasião da cisão do Partido Republicano Construtor (PRC) entre Muniz Freire e o presidente estadual Henrique Coutinho, Dioclécio se posicionou ao lado do último, já que Aboudib era ligado a Muniz. Encetou uma luta ferrenha, e até violenta, contra o chefe municipal, até expulsá-lo de Guarapari. Aboudib transferiu sua casa comercial para Anchieta e lá retomou a carreira política.

Dioclécio foi eleito deputado estadual duas vezes sucessivas (1910-1915) e, nesse último ano, ao terminar seu segundo mandato, foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo na legenda do Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), que substituíra o PRC e era presidido por Jerônimo Monteiro. Assumiu, em 22 de junho de 1915, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na qual permaneceria até dezembro de 1917, quando se encerraria o seu mandato e a legislatura.

Antes, porém, em 1916, quando Bernardino Monteiro foi apresentado pelo PRES como candidato à presidência do estado, Dioclécio Borges uniu-se à oposição a essa candidatura. Desencadeou-se a mais grave crise política da Primeira República no Espírito Santo, conhecida como Revolta do Xandoca, apelido do coronel Alexandre Calmon, chefe político de Colatina e vice-presidente do estado, um dos principais líderes do movimento.

A bancada federal capixaba, liderada pelo senador João Luís Alves e pelo deputado federal Torquato Moreira, uniu-se contra a candidatura de Bernardino, à exceção do próprio candidato, que era senador, e de Jerônimo Monteiro, seu irmão, então deputado federal. Apresentaram como candidato à presidência José Gomes Pinheiro Júnior, antigo adversário dos Monteiro, e Alexandre Calmon, como vice, e conseguiram inicialmente o apoio do presidente Wenceslau Brás. A política capixaba se dividiu: houve conflito, muitas vezes violento, em muitos municípios e repressão policial extremamente forte à oposição em

Vitória, o que levou centenas de pessoas a se refugiarem em Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro. No dia 23 de maio de 1916, quando terminou o mandato de Marcondes Alves de Sousa, havia duas assembleias, ambas se declarando legítimas e cada uma delas reconhecendo e empossando um presidente do estado. Bernardino Monteiro recebeu o mandato de Marcondes e ocupou o palácio, enquanto a oposição instalou seu governo em Colatina, e recorreu ao governo federal, pedindo intervenção no estado.

O caso passou ao Congresso Nacional, onde os parlamentares de oposição, entre os quais Dioclécio Borges, todos antigos aliados dos Monteiro, fizeram sérias acusações a estes, nas acaloradas sessões em que se discutiu o tema, entre maio e agosto. Wenceslau Brás recuou no apoio à oposição e, finalmente, no dia 17 de agosto, foi recusada a intervenção federal no estado, o que garantia a posse de Bernardino. Dias depois foi aprovada a anistia a todos os envolvidos.

Com a vitória dos Monteiro, a carreira política de Dioclécio Borges se encerrou com o fim do seu mandato em dezembro de 1917.

Nara Saletto

FONTES: ABOUDIB, P. *Coronel* (p. 71-92); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. DEP. *Intervenção* ; CHEQUER FILHO, N. *Revolta*.